



APDSI PARTICIPA NO WEBINAR “ANJAP ÀS SEGUNDAS”

A representação nesta iniciativa esteve a cargo de **Nuno Guerra Santos, Vogal da Direção**

Lisboa, 10 de julho de 2020 – A APDSI participou no webinar “ANJAP às Segundas” sobre o tema “Informática, Novas Tecnologias no Covid e pós-Covid” e esteve representada pelo Vogal da Direção, Nuno Guerra Santos.

A 6 de julho de 2020, o webinar “ANJAP às segundas” foi dedicado ao **tema “Informática, Novas Tecnologias no Covid e pós-Covid”** e a APDSI esteve presente, representada pelo Vogal da Direção, Nuno Guerra Santos.

Neste debate, participaram também David Silva Ramalho, do escritório de advogados Morais Leitão, Luís Antunes, da Universidade do Porto, Pedro Duarte, da Microsoft Portugal, e Márcia Martinho da Rosa, da ANJAP, enquanto moderadora do encontro na plataforma Zoom.

A **ANJAP - Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses, parceira da APDSI**, pretendeu discutir a importância da informática e das novas tecnologias, mas também as fragilidades que a sua utilização crescente e repentina durante o quadro de confinamento provocado pela pandemia COVID-19 provocou.

Neste cenário, a informática e as novas tecnologias desempenharam um papel fundamental na manutenção parcial da economia. Por outro lado, verificou-se também um significativo aumento da cibercriminalidade, o que demonstra as fragilidades nesta área e a necessidade que as empresas têm de robustecer as suas infraestruturas e competências digitais.

Os especialistas dizem nunca ter tido tanto trabalho como nesta fase que veio mudar o paradigma da cibersegurança em Portugal, salientando a importância de os utilizadores aprenderem a defender-se destes novos criminosos online.

Nuno Guerra Santos reconhece que a pandemia acabou por conduzir a transformações profundas e rápidas nos pilares das empresas, grandes ou pequenas, públicas ou privadas.

O representante da **APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação** destaca a forma precipitada com que muitas instituições tiveram de lidar com a gestão da saúde pública, por vezes adotando tecnologias com um enquadramento legal pouco claro e em atualização permanente. Em geral, as empresas tentaram conter o impacto da pandemia transitando a relação com os seus clientes para o comércio eletrónico e conduzindo os seus funcionários para teletrabalho, adotando um sistema de videoconferências rapidamente e com infraestruturas improvisadas. Nesta fase, a tecnologia também foi utilizada para dar uma resposta social e muitas organizações conseguiram, a partir dos seus serviços, criar respostas que não faziam parte do seu *core business*. “Foi um salto muito importante e dificilmente voltamos ao ponto inicial, ainda que haja desafios estruturais que permanecem”, afirma Nuno Guerra Santos.

As dificuldades resultam da impreparação para o imediatismo com que foi necessário adaptar todo o funcionamento das organizações. A transição para quem estava em modo mais tradicional não foi fácil, porque as culturas não mudam de um dia para outro, mas criou-se uma janela de oportunidade que tem de ser aproveitada. Agora, inevitavelmente, temos de mudar para um modelo em que as pessoas não são controladas pela sua presença, mas sim avaliadas com base nos resultados que entregam, e isto assenta numa lógica de gestão muito diferente.

No comércio, é agora possível gerir o atendimento ao cliente com novas ferramentas de gestão, obrigando também os gestores a operarem as cadeias logísticas de maneira

diferente. A desmaterialização e a simplificação dos processos passam a ser indispensáveis para permitir o trabalho remoto.

Desafios neste novo normal? “Têm a ver com a consolidação das aprendizagens neste contexto atípico que vivemos. Não nos podemos esquecer, por exemplo, que a experiência de teletrabalho é muito condicionada pelo contexto que vivemos. Algumas promessas do teletrabalho, nomeadamente de um maior equilíbrio da vida pessoal e profissional, estão desvirtuadas porque todas as rotinas estão alteradas”, conclui.

David Silva Ramalho (Morais Leitão) falou das principais preocupações atuais no cibercrime que têm a ver com o aumento do *ransomware* e os crimes associados à *dark web*: pornografia infantil, abuso de menores e tráfico de estupefacientes, todos decorridos do tempo excessivo que passamos online, com um acesso à Internet menos monitorizado pelos pais nesta fase e aumento de apps que facilitam a coação e extorsão.

Em Portugal, o gabinete de cibercrime assinalou a 1 de junho as burlas como o caso que, por meio informático, constituem o crime mais comum. Há uma tendência crescente para as burlas por MBWay e para a difusão de *malware*, como ataques por DDoS (ataques de negação de serviço distribuído) – fáceis em empresas que não estavam preparadas para tantos funcionários em teletrabalho. O caso mais típico é, ainda assim, o *phishing* que aumentou muito com os trabalhadores a partir de casa, tornando as empresas muito mais vulneráveis. As estatísticas do cibercrime dizem que até maio deste ano houve mais crimes informáticos que em todos os anos de 2016 a 2019.

Mundialmente, as tendências que têm sido identificadas incluem a comercialização de produtos contrafeitos; há curas por todo o lado a serem vendidas para combater a COVID-19. Tudo isto está a aumentar o número de autos emitidos. As empresas têm de investir na formação dos seus trabalhadores e na readaptação das tecnologias disponíveis, a fim de combaterem estas fragilidades.

Luís Antunes (Universidade do Porto) vê ameaças e oportunidades nesta transição para o digital o dia todo e em casa. “Temos que aprender a gerir o risco” que até aqui estava contido nas empresas. Em trabalho remoto, a superfície que as empresas têm de proteger

agora são as casas dos funcionários que estão em trabalho remoto. A “superfície de ataque” cresce muito no nosso computador pessoal e os riscos são enormes.

Questões como propriedade intelectual e industrial também estão na mó de cima e destinadas a alvos que são economicamente muito relevantes. “O digital é inevitável” e as empresas já estão conscientes que o trabalho remoto veio para ficar – 3 dias no trabalho e 2 dias em casa será uma realidade a breve trecho. Os grandes grupos tecnológicos vêm aqui uma oportunidade, com pequenos escritórios espalhados pelo mundo e capacidades de resposta globais.

Pedro Duarte, da Microsoft Portugal, reconhece que a crise pandémica veio acabar com uma certa resistência à mudança que ainda se verificava e que é natural na introdução de novos processos. A velocidade a que tudo aconteceu trouxe novos riscos que não permitiram programar e enquadrar juridicamente um fenómeno de ordem cultural como este a que estamos a assistir e ao qual ainda vamos ter de fazer diversas adaptações.

Todavia, um aspeto positivo do cenário atual é a procura de uma vacina para este vírus que significa que o esforço a ser feito do ponto de vista da investigação e em ciência, vai trazer vantagens para a nossa vida em várias áreas de atuação. O mundo que vamos viver nos próximos anos é cheio de incertezas e isso é algo a que vamos ter de nos habituar: a gerir a incerteza de cada dia e a capacidade de mudança e aprendizagem rápidas, traduzidas num grande salto na qualidade de vida das pessoas um pouco por todo o lado.

A gravação do evento está [disponível aqui](#).

Patrocinadores Globais da APDSI



Para mais informações, por favor, contactar:

Bruna Martins | APDSI

m: 925002121

e: secretariado@apdsi.pt

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e societárias, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.